



Carlos Mosconi



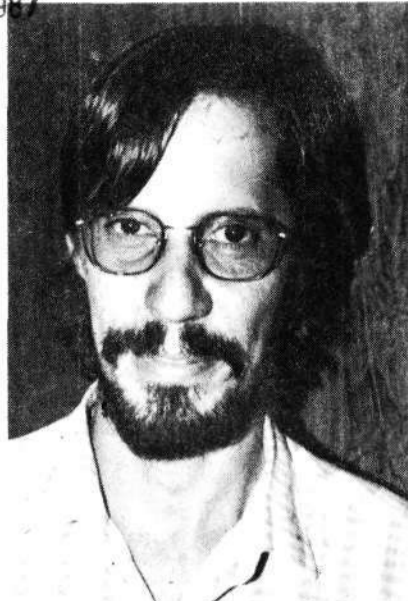
Fábio Feldmann



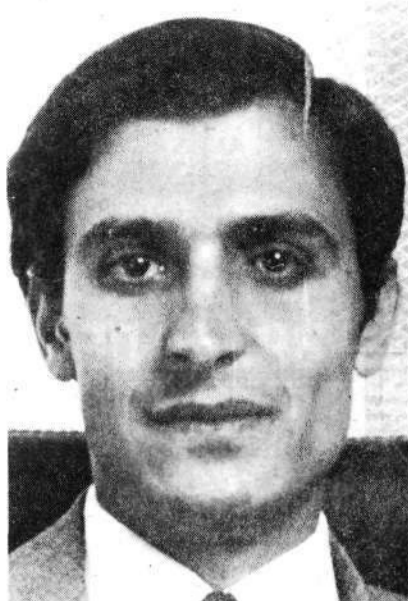
Cunha Bueno



Orlando Bezerra



Eduardo Jorge

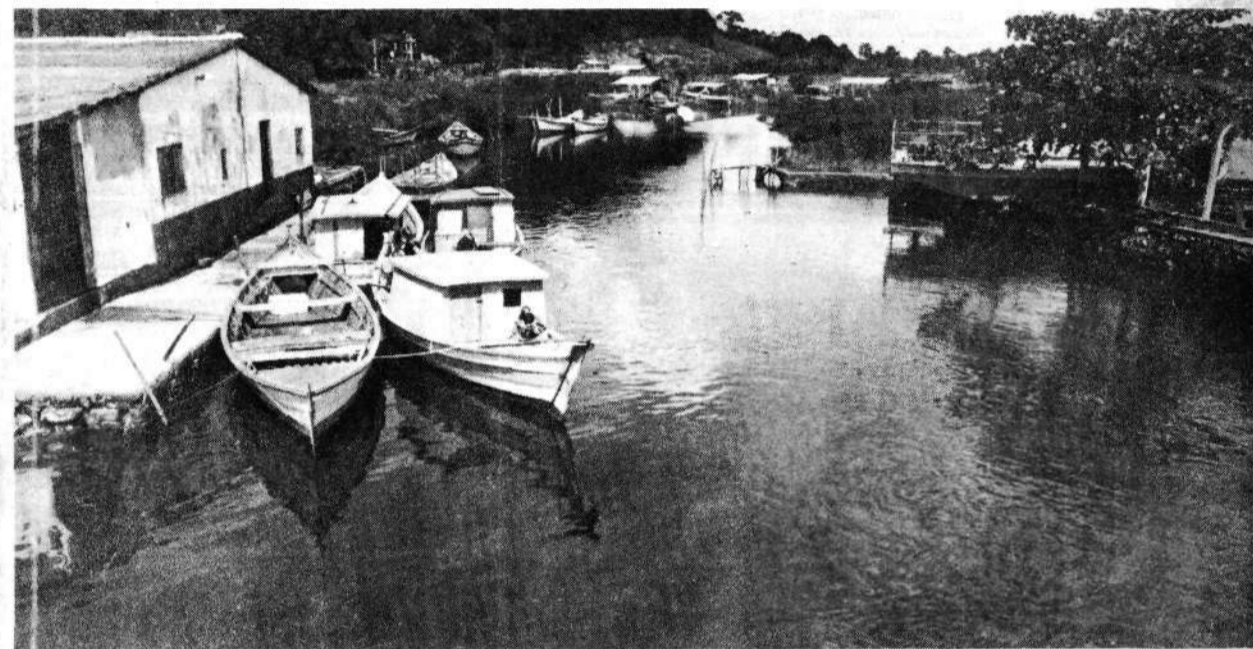


Geraldo Alckmin

Estes senhores
constituintes foram
conhecer as ameaças
à natureza no
Litoral Sul do Estado



Ponte ligando Iguape à Ilha Comprida: no futuro, passagem para 1,5 milhão de pessoas.



Cananéia: os caiçaras temem os grileiros, na disputa pelas terras que pertenceram a seus antepassados.

Eles prometem:

“É preciso fazer alguma coisa”. Eles se assustaram com Cubatão e com as agressões ao complexo de Iguape-Cananéia-Paranaguá.

Durante três dias viajando pelo litoral paulista, seis deputados constituintes, membros da Subcomissão de Meio Ambiente, puderam ver de perto o drama da natureza. E ontem, depois de rodarem mil quilômetros, eles encerram a primeira saída a campo da subcomissão com uma certeza: é preciso fazer alguma coisa.

“Depois de todo o contraste que vimos, estou convencido de que vamos redigir um texto adequado nesta área”, sintetizava o deputado mineiro Carlos Mosconi, do PMDB, relator da subcomissão, cujo nome oficial é Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, e tem 22 membros.

Ciceroneados pelo colega Fábio Feldmann (PMD3-SP), único deputado federal eleito com base numa plataforma ambientalista, e acompanhados pelo secretário estadual Jorge Wilhelm, do Meio Ambiente, por vários técnicos e pelos deputados estaduais Walter Lazarini e Telma de Souza, do PT, os deputados federais Geraldo Alckmin (PMDB-SP), Orlando Bezerra (PFL-CE), Antônio Cunha Bueno (PDS-SP) e Eduardo Jorge (PT-SP), além do relator Carlos Mosconi, foram primeiro a Cubatão.

“Lá está Cubatão, o resultado da permissividade absoluta”, proclama Wilhelm, que como todos se ressentiu do calor sufocante e do ar que faz os olhos arderem, junto ao maior pólo petroquímico da América Latina: 23 indústrias, responsáveis por 9% do Produto Interno Bruto do País. Ao redor das fábricas, moram 70% da população do município, ganhando menos de um salário mínimo por mês.

Vila Socó, a do incêndio nas tubulações subterrâneas da Petrobrás em fevereiro de 85, lembra aos constituintes que o exemplo de Cubatão não pode mais repetir-se. Socó é o nome do pássaro que vive em mangues. A área que foi ocupada pela vila era mangue, as casas eram de palafita, mas isso somente até o incêndio. Depois dele, foram construídas 399 casas de tijolos. Isso significa 30% do total de residências da vila, que até mudou de nome. Agora é Vila São José, mas os problemas antigos continuam.

Na reunião que os deputados promoveram na igreja matriz Nossa Senhora da Lapa, no centro de Cubatão, o vigário Nivaldo Vicente dos Santos pede aos visitantes para que haja “um lugar para o povo na constituinte”. Assim como é absurdo que tubulações da Petrobrás estejam enterradas num terreno movediço como é o mangue, e ainda ocupado por uma favela, é inacreditável que, mesmo após a descoberta, há dois anos, de que a Rhodia mantinha lixões com 10 mil toneladas de pentaclorofenol (o pó-da-China), no bairro de Samaritã, em São Vicente, as 60 mil pessoas que foram contaminadas por esse produto não estejam recebendo nenhum tratamento médico até hoje.

O fato de que tudo isso esteja acontecendo surpreende os constituintes, à exceção de Feldmann. Afinal, como presidente da entidade ambientalista Oikos, há um ano e meio ele levou ao conhecimento do Ministério Público de Santos a existência dos lixões. Judicialmente, a Rhodia foi obrigada a exterminá-los através de incineração. Mas, se existissem as figuras do crime ecológico e genocídio ambiental, como pleiteia

Feldmann, a responsabilidade da empresa no caso poderia ter ido longe. Assim como o aguardado desfecho do processo que a mesma Oikos instaurou, através do Ministério Público, exigindo das 23 empresas do pólo petroquímico de Cubatão US\$ 800 milhões de indenização pelos danos causados ao meio-ambiente.

Iguape-Cananéia

Para quem acaba de saber que em Cubatão a floresta atlântica presente na serra do Mar foi e está sendo morta pelas indústrias — elas liberam calotas de calor cuja tendência é precipitar-se para o alto, formando quimicamente as matas com a ação dos ventos — é um alívio chegar à região estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia e constatar que alguma coisa pode impedir a criação de uma nova Cubatão.

Considerada pela União Internacional para a Conservação da Natureza juntamente com Paranaguá, no Paraná, como a terceira em importância no mundo em termos de produtividade primária marinha, a região de Iguape-Cananéia localiza-se a 200 quilômetros da cidade de São Paulo. Nela, como diz aos constituintes o ex-secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo e atual secretário executivo do Grupo de Trabalho da Serra do Mar, José Pedro Oliveira Costa, localizam-se os 4% que sobram da cobertura florestal atlântica que já cobriu 80% de todo o Estado de São Paulo.

Em Iguape os constituintes conhecem a ponte ligando o município à Ilha Comprida. Em menos de 30 anos foram aprovados nela um total de 270 mil lotes em situações completamente incompatíveis com as características físicas e geológicas da ilha. Desse total, pelo menos metade foi locada em áreas alagadas, em mangues, dunas e provavelmente, no caso de negócios fantasmas, no mar.

A ponte não recebeu ajuda financeira do Estado, mas ainda assim deverá ser inaugurada na metade deste ano. Como? As empresas loteadoras, entre elas a própria prefeitura de Iguape, cobram uma taxa além do preço atribuído ao valor do lote para a execução da obra. Calcula-se que após sua inauguração, e se não houver a aprovação do plano diretor elaborado pelo governo do Estado para Ilha Comprida, 1,5 milhão de pessoas deverão ocupá-la. Isto sabendo-se que, fruto do derretimento das calotas polares, a cada cem anos o nível do mar eleva-se um metro ou um centímetro por ano, o que é grave em Ilha Comprida, na medida em que dois terços de seu território apresentam de zero a três metros de altitude.

Lutando pela Terra

Apesar de estar incrustada em uma região desenvolvida (compreende aproximadamente 200 quilômetros de costa, abrangendo uma área de 5.800 quilômetros quadrados), nos Estados de São Paulo e Paraná, a região de Iguape-Cananéia-Paranaguá

presencia uma sucessão de problemas. De todos eles, o mais grave e o que mais impressionou os constituintes foi o da ocupação do solo e a maneira como os caiçaras têm sido obrigados a disputar com proprietários de última hora — os grileiros — as terras que pertenceram a seus antepassados.

Enquanto em Utinga Grande, no município de Iguape, as cenas de violência entre as duas partes se sucederam durante os últimos anos (o mais recente e crime, em março do ano passado, acabou sendo cometido por oito posseiros, que estão presos, aguardando julgamento), no distrito do Ariri, em Cananéia, o medo domina os moradores.

— A primeira vez que estive no Ariri foi há 20 anos. Tinha o Zé do Bodoque, que usava bolas de barro e andava pelas ruas para ver se alguém tinha bebido demais ou estava fazendo alguma coisa errada. Depois, há sete anos, pelas mãos do prefeito de Cananéia, Walter Menck, Pedro Oliveira, o Pedrinho, um foragido da Justiça do Paraná, transformou-se em subprefeito de Ariri. Sua primeira obra foi matar todos os cachorros do distrito. Ele foi morto por um empregado de seu próprio patrão, Alfredo Sens. Agora é o Grego (Georgis Joannis Alexopoulos) quem atua na região. Receosos, os moradores de lá têm medo de falar e receber represálias deste grileiro — diz Roberto Mesquita, presidente da Fundação S.O.S. Mata Atlântica, durante a audiência que os constituintes concederam no Hotel Glória, em Cananéia, na tarde de sábado.

Perto de Mesquita, acompanhando um grupo de representantes do Ariri, um caiçara levanta-se da cadeira com timidez e, com voz sumida, prossegue: — Nosso convívio é sofrido. Precisa de uma investigação lá. O Grego está tomando conta de todas as terras, e se não é a proteção divina nós estamos embaixo da terra há muito tempo. Um passou as terras para o outro — diz Eurélio Gregório Coelho, morador do Ariri há 40 anos, desde que nasceu, referindo-se a Alfredo Sens e a Grego, que comprou suas terras.

Interessado no relato, o deputado Carlos Mosconi pergunta o que os grileiros fazem com as terras. “Nada. Agora estão fazendo apenas madeira bruta”, responde Eurélio, sendo então ajudado por Antônio Teleginski, advogado do Grupo da Terra, que desde 1983 trata da questão fundiária no Vale do Ribeira, onde Cananéia e outros 15 municípios estão instalados.

— Esse pessoal aqui é autóctone. São os mais antigos moradores da região. No entanto, são despejados de sua terra não pela lei, pois as terras são consideradas devolutas, mas pelos métodos violentos dos grileiros. E sabemos que os caiçaras fazem parte da ecologia.

Segundo o presidente e da S.O.S. Mata Atlântica, hoje, só no Ariri, chega a 30 o

número de jagunços que hostilizam os caiçaras e posseiros. O número de caminhões que diariamente são carregados com madeira no distrito é idêntico, diz Rodrigo. “Assim, a estrada que deveria servir à comunidade vive permanentemente intransitável. Utilizam-na os que querem liquidar o ambiente”, completa, exigindo imediata intervenção policial na área na qual, lembra, o poder público tem obrigação de atuar.

Não à BR-101

Considerando muito graves as denúncias, Mosconi, Bezerra, Cunha Bueno, Eduardo Jorge e Feldmann prometem solicitar proteção policial para a Secretaria de Segurança Pública e alertar a Secretaria de Justiça para o problema. “Estou sentindo que há uma injustiça clamorosa com esta população”, sintetiza Mosconi ao lado da deputada estadual Erci Ayala, que participa da audiência e acena com a criação de uma Comissão Especial de Investigação para apurar a violência fundiária da região.

As reuniões da CEI ocorreriam não na Assembleia Legislativa, mas no próprio local onde houvesse uma concentração de conflitos sugere a deputada.

Para provar aos constituintes que erros proliferam de todos os lados na região lagunar e em todo o Vale do Ribeira, o pesquisador Rui Euclides, representando a Sociedade Ambientalista do Vale do Ribeira (Salvar), entrega aos deputados uma série de reivindicações. A principal delas diz respeito ao assoreamento do rio Ribeira, de Iguape:

— Cada árvore derrubada no Vale é um peixe a menos para os pescadores, porque o desmatamento produz o assoreamento das águas, eleva sua turbidez e esta diminui a produção do alimento primário consumido pelos cardumes — diz Euclides, para, em seguida, criticar a campanha atualmente desenvolvida pela construção da BR-101 em São Paulo:

— Tem muita gente aqui andando com adesivo no carro, exigindo a construção dessa estrada. Mas ela vai favorecer o grileiro e o banditismo. Seria catastrófico para a região sua construção e isso a gente pode deduzir vendo o que acontece na estrada do Ariri, por onde é escoada grande quantidade de madeira.

Não bastasse tudo isso, o cientista denuncia ainda a presença de chumbo, em quantidade “750 vezes maior que o permitido”, nas águas do rio Ribeira de Iguape, que corre para a região lagunar de Iguape-Cananéia. O chumbo, lembra, se origina no Paraná, dá uma coloração escura ao rio Ribeira e ataca o sistema nervoso humano.

Muito o que fazer

Dezenas de denúncias como esta marcam os três dias de permanência dos constituintes da Subcomissão de Meio Ambiente em São Paulo, quer durante a maratona que

empreenderam, de ônibus, quer na primeira audiência pública que realizaram na sexta-feira à tarde na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, na Capital.

Para o deputado Fábio Feldmann, a próxima Constituição deverá ampliar o conceito de propriedade, vinculando-o à função social, bem como conferir à União, Estados e Municípios competência para legislar sobre o meio ambiente. Em todo o planejamento de obras de grande porte, deve ainda ser exigido o estudo de impacto ambiental elaborado antes da implantação de qualquer projeto de desenvolvimento regional.

Entre diversas outras sugestões, o constituinte paulista prega a existência de legislação que obrigue as empresas a controlarem suas fontes poluidoras com eficiência, e pede que o texto constitucional preveja a realização de plebiscitos que decidam sobre a necessidade ou não da construção de uma usina nuclear.

Apesar de também estar preocupado em legislar “para o futuro”, o deputado Orlando Bezerra disse durante a visita que fez a São Paulo que o Brasil, “como outros países, terá que passar pelas usinas nucleares”, principalmente no Nordeste.

“Lá os recursos hídricos estarão exauridos depois do ano 2005 e as outras modalidades de energia como a eólica ou a solar são de difícil acumulação.” Para Bezerra, médico como a maioria dos parlamentares da Subcomissão do Meio Ambiente, o que mais chamou a atenção na viagem a Iguape e Cananéia — ele não foi a Cubatão, mas alega conhecer a região — “foi a necessidade de preservar o meio ambiente”. Para ele, evitar a poluição é, em última análise, “exercer medicina do trabalho”.

Já para Cunha Bueno, que também não foi a Cubatão, a maratona dos constituintes a São Paulo deixou a certeza de que no mínimo deve “haver a unificação dos serviços de fiscalização na região lagunar”.

— Me chamou a atenção a ausência de fiscalização dos governos, desde o municipal, passando pelo estadual. Legislação bem ou mal existe, só que não é cumprida — disse, propondo através da Constituição, a criação de mecanismos que incentivem os proprietários de áreas rurais a serem preservacionistas.

Eduardo Jorge, por sua vez, propõe a realização de um estudo em todo o País, para mapear e delimitar todas as áreas que devem ser protegidas. A partir desse levantamento, quer uma legislação rigorosa para proteger o meio ambiente. Carlos

Mosconi, que como relator ocupa uma posição de destaque na subcomissão, votou para Brasília “impressionado”, convencido de que há muito o que fazer daqui para a frente.

Na página 9, a visita dos constituintes ao Litoral Norte. E mais notícias sobre ecologia.

Imara Stallbaum